

STMC garante direitos dos servidores do PA Campo Grande

O Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Campinas (STMC) está sempre ao lado dos servidores. Desde que o governo municipal decidiu pela terceirização do Pronto-Atendimento (PA) Campo Grande, o Sindicato encabeçou a defesa dos trabalhadores e da população. No começo de novembro, foi fechado um acordo entre a Comissão de Representantes dos Trabalhadores e a Rede Mário Gatti que estabelece seis critérios para a realocação dos servidores municipais.

A Comissão foi criada, a partir de uma proposta do Sindicato, para debater a terceirização do PA Campo Grande. O STMC sempre se posicionou contra a terceirização no serviço público e espera que a Prefeitura de Campinas reveja a decisão de entregar a gestão do PA para uma organização social (OS).

Entretanto, é necessário garantir que os direitos dos servidores sejam preservados, caso não seja possível reverter a terceirização, e, por isso, diretores do STMC e trabalhadores sentaram à mesa com a direção da Rede Mário Gatti e definiram juntos critérios para as transferências dos funcionários públicos do PA Campo Grande.



Os seis critérios são:

- ✓ Transferência apenas para unidades da Rede Mário Gatti;
- ✓ Ordem de escolha com base na data de admissão mais antiga;
- ✓ LTS afastados pela Lei nº 14.151/2021, ou em licença maternidade, serão realocados no término da licença;
- ✓ Temporários de 2019 não participarão da escolha de vagas e serão remanejados, devido a iminência do término do contrato;
- ✓ Temporários de 2020 farão a escolha de vagas após os estatutários, nesse caso a prioridade na escolha será pelo profissional com data de admissão mais recente na Rede Mário Gatti;
- ✓ Será respeitado o dia de plantão e horário de trabalho da jornada atual dos servidores.

Com luta do STMC, pautas históricas são atendidas pela Prefeitura

Depois de uma grande batalha do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Campinas (STMC), os servidores começam a ver a concretização de pautas históricas para a categoria. Medidas que estão no acordo judicial, firmado em setembro entre sindicato e Prefeitura, já saíram do papel: retomada da Avaliação de Desempenho, combate ao assédio moral, criação de grupo técnico para a revisão da legislação referente ao plano de cargos, o Programa Elos – para prevenir a dependência e auxiliar no tratamento dos adictos - e o Programa de Inserção e Readaptação Funcional.

O Decreto nº 21.745/2021 cria o Comitê Permanente de Orientação e Prevenção do Assédio Moral no Âmbito da Administração Municipal. O Decreto nº 21.746/2021 cria o Grupo Técnico Intersetorial de Estudos sobre o Programa Elos para a Revisão da Legislação Referente aos Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Município de Campinas.

A Prefeitura de Campinas retomou a avaliação de desempenho dos servidores municipais. Em outubro, foi criado o Programa Elos, voltado para prevenir, acolher e cuidar de servidores/as que sofrem com uma dependência química e do álcool; e também o Programa de Inserção e de Readaptação Laboral, que atende os trabalhadores com redução da capacidade de trabalho.

